

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS: UMA ANÁLISE DO CASO DE MANHUAÇU COM BASE NO CENSO AGROPECUÁRIO DO IBGE, 2017

**ADRIANA RENATA DE SOUSA¹; ANA LOUISE CARVALHO FIÚZA²; ELIENE DE
SÁ FARIAS³**

¹Graduada em Cooperativismo pela Universidade Federal de Viçosa (2023). E-mail: adrianarenata15@gmail.com.

²Professora Titular da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Socióloga formada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 1992. Tem especialização em Ciências da Religião, concluída em 1993 pela (UFJF). Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), em 1997. Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), concluído em 2001. E-mail: louisefiuza@gmail.com.

³Doutora em Economia Aplicada (PPGEA/UFV, 2022), Mestra em Economia Aplicada (PPGEA/UFV, 2018) e graduada em Ciências Econômicas com ênfase em Agronegócio (UFV, 2016). E-mail: eliene.farias@ufv.br.

RESUMO

A disparidade entre os gêneros é algo marcado na sociedade. Essa relação fica ainda mais discrepante quando se olha o meio rural das pequenas e médias cidades no interior do Brasil, um exemplo disso é Manhuaçu, cidade agrária e uma das maiores produtoras de café do Brasil. Dado esse panorama, o presente trabalho teve por objetivo analisar a participação da mulher na direção dos estabelecimentos agropecuários do município de Manhuaçu. Buscou-se, de forma específica, analisar a participação da mulher, considerando os diferentes modos de gestão do estabelecimento agropecuário, considerando a influência da “escolaridade” e da “idade” como fatores intervenientes nessa participação. Para isso, realizou-se uma estatística descritiva a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017. Com base nos dados analisados, percebe-se que Manhuaçu possui um cenário marcado pelo homem na tomada de decisões nos estabelecimentos rurais, resultado abaixo da média de Minas Gerais e do Brasil. Mesmo que as mulheres se capacitem mais, há problemas de sucessão familiar dentro do campo.

Palavras-chave: sociologia rural; gestão de propriedades rurais; mulher; Manhuaçu.

WOMEN'S PARTICIPATION IN AGRICULTURAL ESTABLISHMENTS: AN ANALYSIS OF THE MANHUAÇU CASE BASED ON THE IBGE AGRICULTURAL CENSUS, 2017

ABSTRACT

The disparity between genders is something marked in society. This relationship becomes even more discrepant when looking at the rural environment of small and medium-sized cities in the interior of Brazil, an example of this is Manhuaçu, an agrarian city and one of the largest coffee producers in Brazil. Given this panorama, the present work aimed to analyze the participation of women in the management of agricultural establishments in the municipality of Manhuaçu. We specifically sought to analyze women's participation, considering the different management methods of the agricultural establishment, considering the influence of “education” and “age” as factors involved in this participation. For this, descriptive statistics were carried out based on data from the 2017 Agricultural Census. Based on the data analyzed, it is clear that Manhuaçu has a scenario marked by man in decision-making in rural establishments, a result below the

average for Minas Gerais and Brazil. Even though women are more capable, there are problems of family succession within the field.

Keywords: rural sociology; rural property management; woman; Manhuaçu.

INTRODUÇÃO

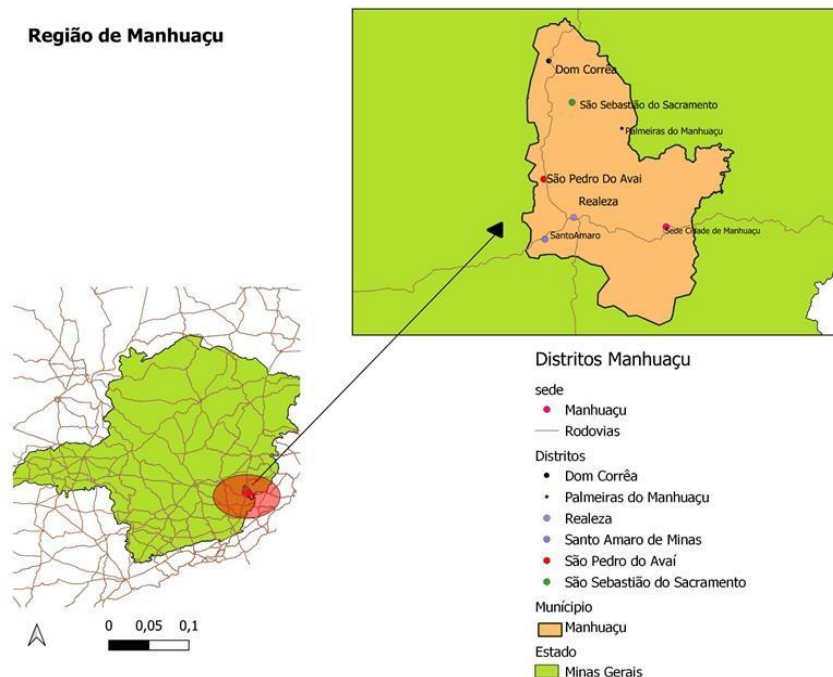
Ester Boserup, em sua obra intitulada *Women's Role in Economic Development* (O papel da mulher no Desenvolvimento Econômico), publicada em 1970, integra a temática das questões de gênero no meio acadêmico, evidenciando, especificamente, a importância da mulher na produção agrícola. Muitos trabalhos, desde o início da segunda década do século XXI, passaram a evidenciar que não se tratava de “ajuda” a participação da mulher na agricultura.

Segundo Bordenave (1994), a participação nas diversas atividades do dia a dia é uma habilidade que se aprende ao longo da vida, ou seja, existem diversas forças e operações que constituem essa dinâmica. Dessa forma, um homem não se torna participativo no seu estabelecimento agropecuário somente por seu desejo. Diversas questões culturais e históricas vêm construindo a sua imagem como provedor, chefe da família e da propriedade.

Dada essas informações, o presente trabalho analisa a participação da mulher nos estabelecimentos agropecuários do município de Manhuaçu, a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017. Buscou-se, de forma específica, observar a participação da mulher, considerando os diferentes modos de gestão do estabelecimento agropecuário, considerando a influência da “escolaridade” e da “idade” como fatores intervenientes nessa participação.

O município de Manhuaçu tem na cafeicultura uma atividade produtiva relevante, tendo ficado em oitavo lugar dentre as cidades mineiras que mais produziram café segundo consta no relatório de produção de café brasileira, do Censo Agropecuário de 2017. A sua população estimada é de 91.169 habitantes (IBGE, 2020), ocupando uma área de 628,318 km. Manhuaçu conta com oito distritos distribuídos em seu território: Dom Corrêa, São Sebastião do Sacramento, São Pedro do Avaí, Realeza, Palmeiras do Manhuaçu (Figura 1).

Figura 1 - Mapa Região imediata de Manhuaçu



Fonte: IBGE, 2021. Elaborado pelas autoras.

Com a decadência aurífera na região central de Minas Gerais, o Estado buscou uma reinvenção econômica a partir da cafeicultura a partir da segunda metade do século XIX. Alguns fatores influenciaram a rápida expansão cafeeira em Manhuaçu. A fartura de terras adequadas ao cultivo do café facilitou esse processo. Além disso, o preço do café no exterior era alto, o que atraía produtores de todo o Brasil. A cafeicultura permanece uma atividade produtiva de destaque na economia do município, seja considerando a produção e comercialização do grão, seja considerando a comercialização de maquinários para a produção. (IBGE Cidades, 2018)

Considerando, especificamente, o contexto do município de Manhuaçu observa-se, segundo Ferreira (2017), que uma parcela significativa da mão de obra do setor cafeeiro é feminina. Mas não somente de trabalhos no meio rural vive a cafeicultura, em sua linha produtiva. Segundo Nascimento (2017) há diversos postos ocupados por mulheres, como nos institutos de pesquisas de café, voltado para a melhora e aumento da produtividade no campo. Osório (2017), destaca a crescente participação das mulheres em cooperativas. Na qualidade de sócias ou empregadas, elas estão conhecendo programas internos das cooperativas que se esforçam para promover o respeito mútuo e a igualdade de oportunidades.

2. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS PAPEIS DE GÊNERO NO MEIO RURAL

Segundo Scott (1990), o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais. Segundo a autora, este se funda sobre as diferenças percebidas entre os sexos e se constitui, também, em um modo de dar significado às relações de poder. Cabral e Dias (1988), também destacaram esta dimensão de desigualdade de poder entre homens e mulheres associado ao conceito de gênero, resultado da construção social das diferenças sexuais. Contextos históricos contribuem para se compreender o cerne da legitimação do que se considera ser a desigualdade entre os gêneros, quando analisa-se os contos, lendas e mitos que direcionaram os modelos de papéis sociais ao longo da história.

Neste sentido, Puleo (2004), traz o exemplo do mito de Pandora, advindo da Grécia Antiga. Pandora foi responsável por abrir a caixa que liberou todo o mal ao mundo. Outra figura feminina “recriminável” é Eva, responsável por convencer Adão a comer do fruto proibido e fazendo com que fossem expulsos do paraíso. Segundo Puleo (2004), existe nesses dois mitos um certo padrão em colocar a figura feminina como a responsável por corromper a índole da figura masculina.

A história geral como se conhece, foi escrita e descrita por homens. Nessa perspectiva cultural e social do masculino impondo poder ao feminino, Pereira (2013), reconhece que as condições de entendimento do que temos hoje como “história das mulheres” se consolidou a partir de uma história de luta e resistência ao poder e ao domínio do homem. Segundo Bourdieu (2012), o indivíduo incorpora como homem ou mulher esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, produto da dominação masculina.

Virginia Woolf (1929) afirma que o poder hipnótico da dominação, do homem sob a mulher se armou de uma analogia etnográfica, religando geneticamente a segregação das mulheres aos rituais de uma sociedade arcaica. Ou seja, ligando um fator biológico, erroneamente utilizado para separar o “forte” e o capaz, do “fraco” e indefeso, levando isso para os trâmites sociais e definindo o espaço social no qual cada gênero deveria estar.

Esse contexto delimitador, que define o que é dever e capacidade de cada um, se estabelece com base em uma divisão social, difícil de ser rompida, já que carrega nela diversas questões culturais que, mesmo que desmentida, ainda está arraigada no subconsciente das pessoas, uma delas por exemplo é o fato da mulher possuir o instinto maternal e o homem ter o instinto de provedor da casa.

Bourdieu (2012) explica isso quando afirma que a divisão social entre os sexos pode estar na “ordem das coisas”, naturalizando e tornando inevitável assimilar determinadas ações a um sexo específico. Segundo o autor, as diferenças visíveis entre o corpo masculino e feminino conformaram divisões de papéis sociais essencializados e hierarquizantes. A “dinâmica social”

que existe entre os sexos seria resultado de uma construção e de manutenção de um poder sobre o outro. A dominação masculina se estabeleceria por meio de uma divisão sexual do trabalho que se expressaria por meio da “violência simbólica”, entendida como um meio de coação econômica e social, sustentada pela fabricação contínua de crenças e ritos que se incorporariam em um *habitus* sexualizado, induzindo os indivíduos a se posicionarem no espaço social segundo critérios cognitivos e coercitivos do discurso dominante.

Berger e Luckman, (1991), afirmam que as tipificações do papel de cada gênero tornam-se parte de um cotidiano em que os sujeitos interpretam certas condutas e padrões esperados como a única forma de agir, sendo tudo aquilo que sai desse padrão considerado aversivo. Então, ao tipificar uma mulher, espera-se que ela apresente determinadas características sociais como a vocação maternal, a ajuda ao marido, a dedicação às atividades domésticas, familiares e religiosas.

Quando se pensa em meio rural, segundo Oliveira (2018), as desigualdades de gênero se evidenciam, seja no aspecto referente a posse da terra, à possibilidade de mobilidade, ao acesso ao mercado ou, ainda, em relação às diferenças de remuneração. Segundo Heredia e Cintrão (2006), embora a mulher trabalhe com o homem nas atividades agrícolas e na pecuária, o seu trabalho é considerado apenas um auxílio. Anita Brumer e Nádia Freire (2000) afirmam que:

Na divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos, ao homem cabe, geralmente, a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, cabendo ao homem o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator. À mulher, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim. (BRUMER; SCHUCH, 1988)

Buarque (2002), destaca, ainda, que as mulheres têm trânsito limitado nos espaços de decisão, qualquer que seja o ambiente onde elas se encontram. O fato de estar vinculada a uma associação de pequenos produtores, por exemplo, não traz garantias de uma efetiva participação das mulheres nos processos de decisão. Segundo Brumer (2004), dois aspectos podem explicar a divisão de trabalho que se estabelece entre homens e mulheres no meio rural. O primeiro refere-se à unidade familiar de produção se constituir como base no trabalho dos membros da família, em prol do benefício de todos. O segundo está ligado ao fato de se viver em uma sociedade patriarcal, em que se atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família.

De acordo com Brumer (2004), com a adoção de novas tecnologias na agricultura, o trabalho produtivo tornou-se mais complexo, obrigando o produtor a investir em novos conhecimentos e técnicas mais sofisticadas. Por ser o responsável pela parte produtiva, geralmente, é o homem que é priorizado para aprender novas tecnologias. É ele que mantém o contato com os técnicos rurais e agrônomos. É ele também que, na maioria dos casos, faz as vendas e entra em contato com os bancos para fazer empréstimos e pagamentos, estando mais presente, inclusive, no corpo de associados das cooperativas e sindicatos. São os homens que administram os recursos oriundos da atividade agropecuária, mesmo que as mulheres se façam presentes no trabalho.

Isso demonstra que o processo decisório e a tomada de decisão são feitos pelo homem. A participação da mulher se volta, prioritariamente para tomar decisões sobre despesas destinadas ao consumo doméstico. Quando se trata da relação de atividades exercidas pelos filhos, de modo geral, segundo Brumer (2012), os rapazes exercem suas atividades juntamente com os pais, auxiliando-o ou o substituindo-os em algumas de suas responsabilidades, enquanto as moças exercem suas atividades junto com as mães, acompanhando-as no trabalho na lavoura, no quintal ou nos afazeres do lar.

Existe toda uma problemática envolvendo os processos sucessórios de uma propriedade rural, geralmente a falta desse planejamento sucessório, faz com que muitas culturas sejam simplesmente replicadas, de uma geração a outra e que, por exemplo as mulheres, sejam excluídas desses processos.

Neste processo de socialização profissional, há diferenças entre rapazes e moças, as quais geralmente são “poupadas” ou “excluídas” da atividade agrícola principal, sendo-lhes reservadas atividades consideradas como “domésticas”. Estas, embora incluam a produção para o autoconsumo, são identificadas como tarefas de limpeza, preparo dos alimentos, cuidado das crianças, trabalhos da horta e do quintal (cuidado de pequenos animais e ordenha) e transformação artesanal de produtos alimentícios para consumo dos membros da família. Seu desempenho nessas atividades não é considerado como trabalho, uma vez que não se inclui no mercado de bens e serviços e, assim, não envolve a circulação de recursos monetários. Ao mesmo tempo, elas podem assumir um papel auxiliar nas atividades produtivas, em momentos de falta de mão de obra masculina. Este papel, o qual também é assumido por outros membros “não chefe” da unidade produtiva como filhos e filhas, é subsumido como “ajuda”, com base na gratuidade própria às relações familiares (BRUMER, 2004)

Osório (2017) destaca que, embora os estudos apontem uma crescente inserção das mulheres no agronegócio, esse número, ainda é bem discrepante, sendo mais de 65% dos postos de trabalho desse segmento ocupados por homens. Os salários recebidos pelas mulheres são desiguais em relação aos recebidos pelos homens, representando cerca de 78,3% do que é

pago aos homens, segundo o Centro de Estudos do Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (SOUZA, 2017).

As mulheres, no meio rural no geral, vivem um déficit em termos de capacitação e treinamento nos trabalhos que requerem muita técnica, ou maquinários mais pesados. Mesmo que segundo o IBGE EDUCA (2018) as mulheres tenham maior escolaridade, ainda há problemas na inserção de mulheres nas áreas agrárias.

Por outro lado, Nascimento (2017) destaca os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que mostram que quase metade da renda familiar rural é gerada pelas mulheres, representando cerca de 42,4%. Os dados mostram, ainda, que embora no período compreendido entre 1991 e 1998 apenas 1% das 8 propriedades rurais possuía mulheres responsáveis pela tomada de decisão, em 2017, nota-se que 18,7% das propriedades rurais eram geridas por mulheres.

Essas diferenciações dentro dos contextos decisórios de permanência na propriedade, e essa segregação de atividades, ligada a um conceito errôneo de papel de cada gênero, faz com que exista um distanciamento feminino, que precisa ser rompido, para que aquelas mulheres que assim desejarem possa adentrar no espaço de trabalho rural.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Adotou-se no presente trabalho a realização de uma estatística descritiva a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017 em relação a participação da mulher na direção dos estabelecimentos agropecuários. Segundo Guedes (2015), a estatística descritiva consiste na sintetização de dados em uma série de valores de mesma natureza, permitindo uma visão global das variações, as quais podem ser apresentadas em tabelas, gráficos e medidas descritivas. Buscou-se levantar-se nos dados do Censo Agropecuário de 2017, tais como a presença da mulher na direção dos estabelecimentos agropecuários, considerando-se a interveniência das variáveis “escolaridade” e “idade”.

Analisou-se as características e número de produtores rurais nos estabelecimentos agropecuários segundo a declaração dada ao Censo quanto a quem era o responsável pelo estabelecimento agropecuário: 1) O produtor titular diretamente; 2) o casal; 3) o produtor titular através de um encarregado ou pessoa com laços de parentesco; 4) um administrador e 5) outras opções. Realizou-se, então, uma comparação da média geral do Brasil, de Minas Gerais e de Manhuaçu.

Para a construção das tabelas foram consideradas apenas as variações em que as mulheres têm algum tipo de participação, as variáveis que não se tem participação feminina e

uma amostra menor que 10 homens foram desconsiderados. Foi verificado nos dados referentes a 2017, as variações de escolaridade e idade. Os resultados da Tabela 3 mostram o panorama geral de escolaridade (ensino fundamental, médio, graduação e pós-graduação), distribuído por tipologia de direção do produtor rural, entre homens e mulheres. Ressalta-se que, para melhor compreensão dos dados, excluiu-se alguns dos dados secundários como por exemplo Ensino Médio concluído através da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou supletivo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados referentes a parcela de participação de homens e mulheres na tomada de decisão dos estabelecimentos agropecuários podem ser vistos na Tabela 1.

Tabela 1 - Responsável pela gestão do estabelecimento agropecuário, Censo Agropecuário de 2017

2017	Manhuaçu					Minas Gerais					Brasil				
	Total	Homem		Mulher		total	Homem		Mulher		Total	Homem		Mulher	
Total	2822	2520	89%	302	11%	605325	518582	86%	86743	14%	5056525	4110450	81%	946075	19%
Produtor(a) titular	2094	1934	92%	160	8%	461062	399919	87%	61143	13%	3712421	3038303	82%	674118	18%
Casal (codireção)	361	322	89%	39	11%	93373	78566	84%	14807	16%	1029640	831116	81%	198524	19%
Produtor(a) titular através de um encarregado	353	250	71%	103	29%	46577	36460	78%	10117	22%	282144	214045	76%	68099	24%

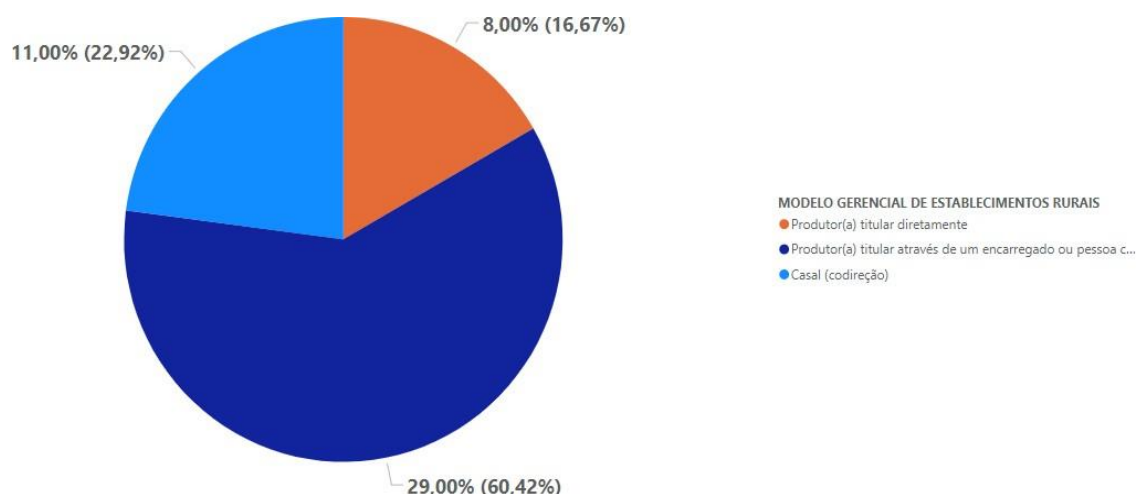
Fonte: IBGE, 2017. Elaborado pelas autoras, 2021.

Ao analisar os resultados da a Tabela 1 observou-se que tanto em Manhuaçu, como no Brasil e em Minas Gerais, mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários em 2017 eram geridos por homens. No contexto geral do país, este percentual de centralidade da gestão masculina era maior que em Minas Gerais e este, por sua vez, era menor que no contexto municipal. Manhuaçu apresentou um percentual de participação feminina menor: 89% centralizado nos homens, contra 11% nas mulheres. Minas Gerais e o Brasil seguem essa mesma tendência, porém com uma participação feminina maior que a do Município: 13% em Minas Gerais e 19% no Brasil.

Os resultados da Tabela 1 consideram apenas as variações em que as mulheres têm algum tipo de participação, as variáveis que não se tem participação feminina e uma amostra menor que 10 homens foram desconsiderados. Segundo Tedesco (1999), esta insignificância das porcentagens referentes à participação da mulher na gestão do estabelecimento agropecuário se estabeleceria com base nos padrões culturais de divisão sexual do trabalho: na

casa e no quintal, a responsabilidade é atribuída à mulher, enquanto na lavoura e no âmbito do mundo público, ao homem. Para Silva e Portela (2006), as mulheres são responsáveis pela plantação e manutenção de hortas, pela criação de aves, mas, também, por atividades relacionadas à roça e a pecuária, nas quais os homens comandam. Esta condição de subordinação das mulheres pode ser observada, em Manhauçu, quando verifica-se que 60% das mulheres estão inseridas na categoria de produtoras titular como encarregadas. Somente 16% das mulheres se enquadram na categoria produtor titular como pode ser visto nos resultados da Figura 2 a seguir.

Figura 2 – Porcentagem do somatório de participação feminina, no Município de Manhauçu, dados do Censo Agropecuário 2017



Fonte: IBGE, 2017. Elaborado pelas autoras, 2021.

Existe uma questão de proporcionalidade, uma vez que dentro de uma amostra de 302 mulheres, ter 160 delas inseridas na variável produtor titular, pode ser visto como algo bem significativo, contudo, são 160 mulheres, para 1934 homens, sendo somente 8% desse total. Já ao analisar pelo âmbito do produtor titular através de um encarregado, vemos que de uma amostra de 353 pessoas, 103 são mulheres, e 250 homens, um número próximo ao que seria ideal se pensarmos em uma realidade de paridade dos gêneros.

A variável “casal”, onde se entende que tanto o homem e mulher participam da tomada de decisões também possui um número expressivo de participação, mas abre esse pressuposto de entendimento do que é de fato participar da tomada de decisão. Diante disso, é pertinente lembrar que, anterior ao Censo Agropecuário de 2017, houve o Censo Agropecuário de 2006.

Com isso foi possível fazer um comparativo da participação feminina entre as décadas de 2000 e 2010, com base nos dois censos.

A tabela 2, apresentada a seguir, mostra que a participação feminina na direção dos estabelecimentos agropecuários de 2006 para 2017 cresceu, porém, ainda se apresenta muito inferior à participação masculina.

Tabela 2 – Participação feminina na propriedade rural, Censos Agropecuários de 2006 e 2017

Anos	Manhuaçu		Minas Gerais		Brasil	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
2006	92%	8%	89%	11%	87%	12%
2017	89%	11%	86%	14%	81%	19%

Fonte: IBGE, 2017. Elaborado pelas autoras, 2021.

Os números do Brasil, Minas Gerais, e Manhuaçu, tanto no censo de 2006 quanto no de 2017, evidenciam uma média de participação feminina inferior a 20%, mostrando que existe um certo déficit no que se refere a um trabalho de sucessão familiar que inclua as mulheres nesse processo.

Tabela 3 – Influência da escolaridade sobre a participação da mulher na gestão, Censo Agropecuário de 2017

Direção dos trabalhos do estabelecimento agropecuário		Total	Ensino Fundamental regular	%	Ensino Médio regular	%	Ensino Superior	%	Pós-graduação	%
Total	Total	2822	535	19%	325	12%	124	4%	1	0,04%
	Homens	2520	492	17%	295	10%	92	3%	1	0,04%
	Mulheres	302	43	2%	30	1%	32	1%	0	0,00%
Produtor(a) diretamente titular	Total	2094	469	17%	233	8%	68	2%	0	0,00%
	Homens	1934	432	15%	215	8%	57	2%	0	0,00%
	Mulheres	160	37	1%	18	1%	11	0%	0	0,00%
Casal (codireção)	Total	361	35	1%	44	2%	15	1%	0	0,00%
	Homens	322	34	1%	35	1%	9	0%	0	0,00%
	Mulheres	39	1	0%	9	0%	6	0%	0	0,00%
Produtor(a) titular através de um encarregado	Total	353	31	1%	38	1%	41	1%	1	0,28%
	Homens	250	26	1%	35	1%	26	1%	1	0,40%
	Mulheres	103	5	0%	3	0%	15	1%	0	0,00%

Fonte: IBGE, 2017. Elaborado pelas autoras.

Em relação aos dados, é importante ressaltar que, são acumulativos, ou seja, a mulher que possui, graduação também estará inserida nas variáveis que a antecede, uma vez que para ter graduação é necessário cursar o ensino fundamental e médio. Outro ponto importante é que esses dados apresentam as pessoas que fizeram e concluíram os estudos de forma regular. Quando se avalia os dados, dentro do contexto de Direção dos trabalhos do estabelecimento

agropecuário, tem-se que na variável de produtor principal, as mulheres aparecem principalmente no ensino fundamental regular e no ensino superior. Esse resultado sugere que no caso em que as mulheres que são os agentes principais na tomada de decisão da propriedade costumam possuir um grau de escolaridade maior perante os homens na mesma posição.

Da mesma forma, na variável proprietário através de encarregado, também mostra uma participação importante de mulheres na questão do ensino superior. Diante disso, pode se concluir que a escolaridade é um ponto determinante para a participação feminina na propriedade rural, uma vez que dentro do contexto, as mulheres diante de sua proporcionalidade estão mais inseridas nesses espaços acadêmicos, mostrando como o estudo pode ser uma forma de empoderamento.

Com isso, a variedade idade, é uma opção de variável que pode explicar onde está esse déficit de participação feminina que faz com que exista essa disparidade entre homens e mulheres (Tabela 04).

Tabela 4 – Participação na direção dos estabelecimentos agropecuários segundo gênero e idade em Manhuaçu, Censo Agropecuário de 2017

	Gênero	Total	Total %	Produtor(a) diretamente titular	Casal (codireção)	Produtor(a) titular através de um encarregado ou pessoa com laços de parentesco com ele
Total	Homens	2520	89%	92%	89%	71%
	Mulheres	302	11%	8%	11%	29%
Menor de 25 anos	Homens	15	94%	100%	100%	75%
	Mulheres	1	6%	-	-	25%
De 25 a menos de 35 anos	Homens	218	90%	92%	75%	83%
	Mulheres	25	10%	8%	25%	17%
De 35 a menos de 45 anos	Homens	584	91%	92%	93%	71%
	Mulheres	59	9%	8%	7%	29%
De 45 a menos de 55 anos	Homens	762	91%	93%	89%	79%
	Mulheres	74	9%	7%	11%	21%
De 55 a menos de 65 anos	Homens	498	89%	93%	88%	74%
	Mulheres	60	11%	7%	12%	26%
De 65 a menos de 75 anos	Homens	296	85%	90%	97%	66%
	Mulheres	52	15%	10%	3%	34%
De 75 anos e mais	Homens	147	83%	95%	86%	63%
	Mulheres	31	17%	5%	14%	38%

Fonte: IBGE, 2017. Elaborado pelas autoras.

Os dados da idade apontam uma lacuna diante da participação feminina na variável “menor de 25 anos”, com apenas uma mulher, principalmente quando se verifica que essa mulher está alocada na categoria de produtor titular através de um encarregado. Essa ausência do jovem de forma geral, uma vez que a participação masculina em termos de proporcionalidade também é bem inferior em relação ao número total da amostra, demonstra um fenômeno de êxodo rural por parte dos jovens, que acabam saindo da zona rural para estudar, trabalhar ou tentar ter uma vida diferente das de seus pais, optando por não seguir trabalhando com a agricultura.

De acordo com Facionie, Pereira (2015), o futuro das atividades agrícolas passa pela sucessão familiar. Entretanto, a falta de incentivo e as dificuldades de capital financeiro são fatores que prejudicam esse processo. Nesse contexto, destaca-se a importância de incentivar a permanência das novas gerações no campo, bem como orientar o processo de sucessão familiar, para que o mesmo ocorra de maneira espontânea e que as atividades dos estabelecimentos rurais possam ter continuidade

Outra questão a ser pontuada é que o número mais expressivo de mulheres está na categoria de idade de 45 a 55 anos, principalmente no quesito produtor titular através de um encarregado. Na categoria “produtor titular”, a maior participação feminina está na categoria dos 65 aos 75 anos. O que se pode concluir diante disso é que existe uma baixa participação feminina no intervalo de idade de 25 a 45 anos e essa participação fica mais restrita como produtora titular através de um encarregado.

Percebe-se também que pode ter uma falha dos planos sucessórios, já que as mulheres mais jovens têm se afastado desse meio de produção titular, fazendo com que a participação masculina seja 78% maior que a participação feminina. Em relação à faixa etária mais expressiva de participação feminina como produtora titular ser a de mulheres mais idosas, deve-se, provavelmente, à forma de criação dessas, que viveram a vida no campo e ao fato da viuvez, já que a expectativa de vida do homem brasileiro é de 69 anos, segundo o IBGE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço rural não deveria ser um espaço de dominação masculina. A literatura e os dados mostram que esse é um tema extremamente atual e pertinente, para compor pautas acadêmicas e políticas, a fim de se identificar como desmitificar essa ideia de trabalho rural ligado ao masculino, e passar a entender esse espaço como um espaço de crescimento tanto para o homem quanto para a mulher.

A dicotomia que Bourdieu traz em sua obra “Dominação Masculina” lançada em 1988, mostra como o meio interfere na essência e define o ser, e por sua vez quem domina o outro, fato esse corroborado através dos dados do censo Agropecuário de 2017, ficando clara a desigualdade e dominação pelo homem nesses espaços, além de apontar onde estão pontos positivos, e onde estão os pontos mais problemáticos, que permite a manutenção dessa cultura machista dentro das propriedades rurais.

Os processos sucessórios nas propriedades rurais devem ser mais bem trabalhados, de forma que as mulheres se incluam nesse espaço, priorizando o pensamento de pertencimento desde a infância, como forma de incentivar que as mulheres mais jovens ocupem esse espaço

decisório dentro da propriedade. A cidade de Manhuaçu, comparada a média geral do país, mantém a participação feminina abaixo da média, validando o pensamento de uma persistência em uma cultura que liga o espaço rural a um ambiente a ser abandonado, principalmente para as mulheres.

Inclui-las nos processos de gestão da propriedade, desde o trabalho físico até aos processos mais democráticos, como a negociação de insumos, venda do café é uma forma de empoderar essas mulheres, para que elas percebam que tem a mesma capacidade que um homem de realizar esses tipos de serviços.

A barreira dos preconceitos deve ser extinta como forma de mudar a sociedade em busca de respeito, igualdade e equidade entre os gêneros. O Brasil, de forma geral, ainda tem um caminho a ser percorrido, em busca de uma participação feminina no meio rural, a história nos mostra como e por quais motivos chegou-se aqui com essa cultura.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 14. ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002 **A dominação masculina**/Pierre Kühner. - 11º ed. Rio de Janeiro 160p. Bourdieu tradução Maria Helena Bertrand Brasil, 2012.

BOUSERUP E. **Papel da Mulher no Desenvolvimento Econômico**. Londres : George Allen &Unwin, 1970

BORDENAVE, Juan E. **O que é Participação**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BUARQUE, Cristina. **Estratégias para a Reforma Agrária sob a ótica de gênero**. Projeto de Integração da Perspectiva de Gênero no setor de Reforma Agrária, Relatório de Pesquisa. Brasília, 2002.

BRUMER, Anita; DOS ANJOS, Gabriele. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, Rio Grande do Sul , n. 12, p. 6-17, 2012.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.205-227, 2004.

CABRAL, Francisco; DÍAZ, Margarita. Relações de gênero. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação**: um novo olhar. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona, 1998.

DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

FACIONI, D.; PEREIRA, M. W. G. Análise dos determinantes da sucessão em assentamento rural no Estado de Mato Grosso do Sul. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, p. 119-136, 2015.

-
- FERREIRA, Williams Pinto Marques et al. **Mulheres dos cafés no Brasil**. In: ARZABE Cristina. Brasília: Embrapa café livro científico, 2017. p. 20-34.
- GUEDES, Terezinha Aparecida et al. Estatística descritiva. **Projeto de ensino aprender fazendo estatística**. Local: Maringa, 2005.
- HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.
- IBGE. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro, 2006.
- IBGE. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro, 2018.
- OLIVEIRA, Dalva Felipe de. **Mulher, Trabalho e Vida no Campo**: Um estudo junto às mulheres da comunidade rural do Ligeiro-Cariri Paraibano. 1996. 129f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba. 1996.
- OLIVEIRA, Ighor Thadeu Silva. **A participação das mulheres rurais em organizações coletivas e as influências para suas identidades de gênero**. 2018. 88 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018.
- OLIVEIRA, M. de L. S. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de reforma agrária**: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais. 2006. 145 f. Tese (Doutorado em Agricultura e Sociedade) - Universidade Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.
- OSÓRIO, Gabriela Luciano. **Mulheres do café**: percepções sobre o crescimento das mulheres no agronegócio café. 2019. 40 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Centro Universitário do sul de Minas – UNIS/MG, Varginha, 2019
- PEREIRA, Aline Mikaela. **A representação da mulher no livro didático de História**. 2013. 50f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.
- PULLEO, Alicia. **Filosofia e gênero**: da memória do passado ao projeto do futuro. 2004. Disponível em: <http://www5.uva.es/catedraestudiosgenero/IMG/pdf/filosofia_e_genero.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Recife: SOS corpo e cidadania. 1990.
- TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.